

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International*

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2024.

PP&C Auditores Independentes

CRC2SP16.839/O-0

Giacomo Walter Luiz de Paula

CRC1SP243.045/O-0

Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370



Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.979	19	19.057	1.973	Fornecedores		181	233	11.441	10.436
Contas a receber de clientes	11	-	-	14.319	11.837	Empréstimos e financiamentos	18	2.981	3.732	6.952	13.125
Estoques	12	-	1	38.859	34.017	Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	187	168	4.576	3.377
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		536	193	1.123	1.067	Tributos a recolher	21	490	638	8.380	8.412
Outros impostos a recuperar		257	257	2.070	2.070	Salários e provisões trabalhistas		359	319	3.851	2.664
Adiantamentos diversos	17	977	1.338	1.878	2.380	Encargos sociais a recolher	21	513	971	2.165	3.981
Despesas antecipadas		75	70	341	362	Contas a pagar com partes relacionadas	20	3.624	6.341	1.317	1.549
Contas a receber com partes relacionadas	20	3.869	10.959	3.458	1.104	Obrigações com clientes	23	-	100	3.990	3.663
Ativos não circulantes mantidos para venda	13	2.530	2.735	5.585	5.430	Provisão para contingencias	24	-	3	-	202
Outros ativos		66	65	573	577	Outras contas a pagar	22	1.523	2.378	3.893	7.247
Total do ativo circulante		11.289	15.637	87.263	60.817	Total do passivo circulante		9.858	14.883	46.565	54.656
Não circulante											
Depósitos judiciais		230	230	438	387	Fornecedores		-	-	2.288	-
Outros impostos a recuperar		55	67	238	231	Empréstimos e financiamentos	18	30.147	5.471	55.155	55.531
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4.338	3.896	4.355	3.889	Tributos a recolher	21	149	207	1.125	2.363
Contas a receber com partes relacionadas	20	36.649	34.894	986	1.841	Encargos sociais a recolher	21	1.211	1.412	3.054	4.565
Total do realizável a longo prazo		41.272	39.087	6.017	6.348	Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	253	376	3.810	3.110
Investimentos	14	161.063	119.140	-	-	Provisão para desmobilização de ativos		-	-	2.620	2.620
Imobilizado	15	132	218	45.870	38.779	Contas a pagar com partes relacionadas	20	81.595	90.102	-	291
Intangível	16	37.274	38.013	120.912	127.291	Aquisições societárias a pagar	17	5.625	6.750	5.625	6.750
Total do ativo não circulante		239.741	196.458	172.799	172.418	Outras contas a pagar	22	863	784	1.702	2.720
						Provisão para contingencias	24	79	-	686	-
						Passivo descoberto	14	1.053	1.284	-	-
						Total do passivo não circulante		120.975	106.386	76.065	77.950
						Patrimônio líquido	26				
						Capital social		89.381	89.381	89.381	89.381
						Reservas de capital		84.857	84.857	84.857	84.857
						Ajuste de avaliação patrimonial		46.975	46.525	46.975	46.525
						Prejuízos acumulados		(101.016)	(129.937)	(101.016)	(129.937)
						Participação de acionistas controladores		120.197	90.826	120.197	90.826
						Participação de acionistas não controladores		-	-	17.235	9.803
						Total do patrimônio líquido		120.197	90.826	137.432	100.629
Total do ativo		251.030	212.095	260.062	233.235	Total do passivo e patrimônio líquido		251.030	212.095	260.062	233.235

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas líquidas de vendas	26	-	-	189.505	160.360
Custos dos produtos vendidos	27	-	-	(119.911)	(116.128)
Lucro bruto		-	-	69.594	44.232
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	27	(4.905)	(1.868)	(20.226)	(17.451)
Despesas comerciais	27	(35)	658	(2.876)	(14)
Outras despesas, líquidas	27	354	78	(2.173)	(1.092)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		(4.586)	(1.132)	44.319	25.675
Resultado financeiro, líquido	28	1.937	11.107	(1.555)	13.303
Participação em empresas investidas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	14	31.128	25.226	-	-
Resultado antes dos impostos		28.479	35.201	42.764	38.978
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(6.829)	(3.340)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	442	389	466	414
Lucro líquido do exercício		28.921	35.590	36.401	36.052
Atribuível a					
Acionistas controladores		28.921	35.590	28.921	35.590
Acionistas não controladores		-	-	7.480	462
Lucro líquido do exercício		28.921	35.590	36.401	36.052

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.921	35.590	36.401	36.052
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28.921	35.590	36.401	36.052
Atribuível a				
Acionistas controladores	28.921	35.590	28.921	35.590
Acionistas não controladores	-	-	7.480	462
Total do resultado abrangente do exercício	28.921	35.590	36.401	36.052

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022	89.381	84.857	46.525	(165.527)	55.236	9.364	64.600
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(23)	(23)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	35.590	35.590	462	36.052
Saldo em 31 de dezembro de 2022	89.381	84.857	46.525	(129.937)	90.826	9.803	100.629
Transações com acionistas	-	-	450	-	450	(48)	402
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.921	28.921	7.480	36.401
Saldo em 31 de dezembro de 2023	89.381	84.857	46.975	(101.016)	120.197	17.235	137.432

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		28.921	35.590	36.401	36.052
Depreciação e amortização		848	1.229	8.993	11.402
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(442)	(389)	(466)	(414)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(31.128)	(25.226)	-	-
Custo residual de ativos mantidos para venda baixado		-	-	(155)	-
Custo residual de ativos baixados		-	-	15.441	8.610
Descontos obtidos sobre empréstimos	28	(3.000)	(10.818)	(3.000)	(20.487)
Provisão (reversão) para perdas de créditos esperadas		-	-	351	(2.611)
Provisão (reversão) para contingências		76	(659)	484	69
Provisão de juros sobre empréstimos	28	1.045	92	4.465	3.840
		(3.680)	(181)	62.514	36.461
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	659	(2.833)	(811)
Estoques		1	4	(4.842)	(8.905)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar		(331)	5	(63)	(256)
Adiantamentos diversos		361	51	502	(97)
Despesas antecipadas		(5)	(18)	21	658
Depósitos judiciais		-	-	(51)	(54)
Outros ativos		(1)	-	4	72
Fornecedores		(52)	31	3.293	(1.342)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher		(310)	(107)	6.088	160
Salários e provisões trabalhistas		40	63	1.187	225
Encargos sociais		(659)	(481)	(3.327)	(2.694)
Obrigações com clientes		(100)	100	327	(491)
Provisão para contingências		-	-	-	(102)
Outras contras a pagar		(2.118)	184	(5.497)	(594)
		(6.854)	310	57.323	22.230
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.459)	(3.505)
Juros de empréstimos pagos	18	(462)	(29)	(4.061)	(3.251)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais		(7.316)	281	47.803	15.474
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado		(23)	-	(24.042)	(10.868)
Alienação em disponível para venda		205	-	-	211
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	14	(16.800)	-	-	-
Dividendos recebidos	14	5.991	-	-	-
Aquisição de intangível		-	(482)	(1.104)	(2.448)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos		(10.627)	(482)	(25.146)	(13.105)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Adição de empréstimos e financiamentos	18	-	1.594	4.896	3.554
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	(2.666)	(912)	(8.849)	(4.920)
Recebimentos (pagamentos) com partes relacionadas		23.569	(491)	(1.620)	(1.056)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos		20.903	191	(5.573)	(2.422)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		2.960	(10)	17.084	(53)
Demonstração do aumento (redução) do caixa equivalentes de caixa					
Caixa equivalentes de caixa no início do exercício		19	4	1.973	2.026
Caixa equivalentes de caixa da empresa incorporada		-	25	-	-
Caixa equivalentes de caixa no final do exercício		2.979	19	19.057	1.973
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		2.960	(10)	17.084	(53)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A. (“EBAM” ou “Companhia”) foi constituída em 14 de outubro de 2008 e possui como atividade principal a mineração e produção de agregados minerais para construção civil. A Ebam é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro, Brasil.

Em 23 de junho de 2021 ocorreu a celebração de atos que influenciaram na alteração do controle acionário da Companhia, como o do Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Societária, Garantia e Indenização (“Contrato de Compra e Venda”), por meio do qual, entre outros, GPCP V FIP (“FIP V”) e Itatiba LLC (“Itatiba”) venderam à Ebenezer Administração e Consultoria S/C Ltda. (“Ebenezer”) e Banyana Investimentos Ltda. (“Banyana”) a totalidade das ações de sua titularidade da Basel Participações S.A. - controladora da Companhia, à razão de 75% para a Ebenezer e 25% para a Banyana, passando estas a ser detentoras de 100% das ações de Basel, que possui 79,89% das ações da Companhia.

Ainda em 23 de junho de 2021, a Amazônia Participações Ltda. (“AMP”) firmou contrato com Ebenezer e Banyana para venda da totalidade das ações de EBAM sob sua titularidade representando 10,24% do capital social da Companhia.

Em 30 de setembro de 2021, o Fundo de Investimento em Participações VP Multiestratégia (“FIP VP”) firmou contrato com Ebenezer e Banyana para venda da totalidade das ações de EBAM sob sua titularidade representando 9,26% do capital social da Companhia.

Sendo assim, o quadro acionário da Companhia passou a ser composto por Ebenezer e Banyana detendo a participação indireta de 79,89% - através da aquisição das ações de Basel; e direta de 19,50% das ações da Companhia - através da aquisição das ações de AMP e FIP VP, conforme nota 25.

2 EBAM e suas controladas diretas e indiretas

a. DS2 Mineração e Comércio LTDA.

A participação inicial na DS2 Engenharia e Comércio S.A. (“DS2”), localizada em Bragança Paulista foi adquirida em 13 de fevereiro de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

Em 26 de outubro de 2017, a empresa alterou o tipo societário de Sociedade Anônima para Limitada e em 27 de abril de 2023 teve sua denominação social alterada para a. DS2 Mineração e Comércio LTDA.

b. Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda.

A participação inicial na Unidade Industrial de Britagem Porto Feliz Ltda. (“Uniporto”), localizada em Porto Feliz, foi adquirida em 28 de maio de 2012 com a finalidade de atuar na área de exploração mineral, produção e comercialização de materiais agregados no estado de São

Paulo.

Em 24 de julho de 2019, a Companhia firmou acordo para a venda de ativos imobilizados e intangíveis de sua Unidade Uniporto. A operação foi submetida ao rito de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, tendo sido celebrado o termo de implementação em 1 de novembro de 2019, com preço de venda da operação de R\$ 10.491, e o ganho na operação de R\$ 3.741 foi reconhecido no resultado do exercício. A Companhia efetuou a baixa do Ágio sobre mais valia dos ativos vendidos no resultado do exercício, no montante líquido de R\$ 9.442. Ainda nesta data, a empresa realizou abertura de filial em Boituva, São Paulo.

A companhia levantou o laudo de incorporação dos ativos líquidos de Uniporto no valor de R\$1.029 negativos. Em 18 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a incorporação do patrimônio líquido negativo de Uniporto no montante de R\$1.042, efetuando a extinção da Companhia.

c. Mineração RS Ltda.

A Mineração RS Ltda. ("MRS") é uma controlada indireta localizada no Rio Grande do Sul, com a finalidade de atuar na área de produção e comercialização de areia industrial.

A MRS constituiu a Mineração POA Ltda. ("POA") com a finalidade de comercialização de areia no Estado do Rio Grande do Sul. A POA encontra-se em fase pré-operacional.

d. Quartzito Participações Ltda.

A Quartzito Participações Ltda. ("Quartzito") foi constituída em 27 de novembro de 2012 com a finalidade de participar em outras sociedades operacionais de extração, produção e comercialização de areia na região de Goiás.

A Quartzito adquiriu 880.000 cotas da empresa Quartziti Mineração Ltda. ("Quartziti"), em 22 de fevereiro de 2013. Em 31 de julho de 2015, a Quartzito adquiriu 453.345 quotas correspondentes a 20% do capital social restante, passando a deter 99% desta entidade. No mesmo ato, a Quartzito transferiu uma quota de sua propriedade para a Figueiredo Imobiliária.

O capital social de Quartziti está representado em 31 de dezembro de 2020 por 9.872.745 quotas, sendo 9.872.744 quotas de Quartzito e 1 quota de Figueiredo.

e. Serobrita Mineração Ltda.

Em 8 de novembro de 2013, a Companhia adquiriu 100% das cotas da empresa Serobrita Mineração Ltda. ("Serobrita").

A Serobrita é uma unidade operacional de extração, produção e comercialização de Brita e Saibro na região do Rio de Janeiro.

f. Serolito Participações Ltda.

A Serolito Participações Ltda. ("Serolito") foi constituída em 1º de julho de 2013, com a finalidade de participar do capital de outras sociedades cujo objeto seja a comercialização de areia ou brita.

g. Amazônia Mucajaí Mineração Ltda.

A Amazônia Mucajaí Mineração Ltda. ("AMM") adquirida em 2 de julho de 2012, está localizada em Manaus com uma filial operacional situada em Presidente Figueiredo, aproximadamente 160 km de Manaus.

h. Mineração Nova Petrópolis Ltda.

A Mineração Nova Petrópolis Ltda. (“MNP”), anteriormente denominada Arenito Participações Ltda., adquirida em 25 de setembro de 2012 com a finalidade de participar em outras sociedades, está localizada no Rio Grande do Sul para consolidação dos investimentos na região Sul do País. A alteração da denominação da Sociedade para Mineração Nova Petrópolis Ltda., ocorreu em 09 de setembro de 2013.

Em 18 de julho de 2023 a Companhia executou a devolução dos ativos minerais perante ANM-Agência Nacional de Mineração, consequentemente encerrando suas atividades operacionais.

i. Monazita Participações Ltda.

A Monazita Comércio de Materiais de Construção Ltda. (“Monazita”) foi adquirida em 1º de abril de 2014, com a aquisição de 99,8% das suas quotas. A modificação da denominação social para Monazita Participações Ltda., ocorreu em 30 de abril de 2015.

Em 29 de dezembro de 2023 a Companhia aprovou o Distrato e Extinção de Monazita.

j. Britasul Indústria e Mineração Ltda.

Britasul Indústria e Mineração Ltda. (“Britasul”) foi adquirida em 1º de julho de 2014 através da Serolito, com a aquisição de 50% do seu capital social. A Britasul, localizada em Pouso Alegre, MG, atua no fornecimento de agregados minerais da região. Atualmente a Serolito detém 1.735.474 quotas equivalentes a 50% do seu capital social.

k. Caroebe Participações Ltda.

Caroebe Participações Ltda. (“Caroebe”) foi adquirida em 31 de dezembro de 2016 através da Ebam, com a aquisição de 1.199 quotas equivalentes a 99,99% do capital social. A Caroebe está localizada em Rio de Janeiro, RJ.

l. Figueiredo Imobiliária Ltda.

Figueiredo Imobiliária Ltda. (“Figueiredo”). foi adquirida em 10 de abril de 2012 através da Ebam, com a aquisição de 480 quotas equivalentes a 40% do capital social. A Figueiredo está localizada em Rio de Janeiro/RJ. Após o aumento do capital social em 1 de março de 2018 a Ebam passou a deter 99,90% equivalente a 722.497 quotas.

m. Formosa Mineração Ltda.

Formosa Mineração Ltda. (“Formosa”) foi constituída em 17 de janeiro de 2011 e está localizada em Goiânia. A Ebam detém 99% equivalentes a 54.739 quotas e a Serolito detém 1 quota.

n. Trindade Mineração Ltda.

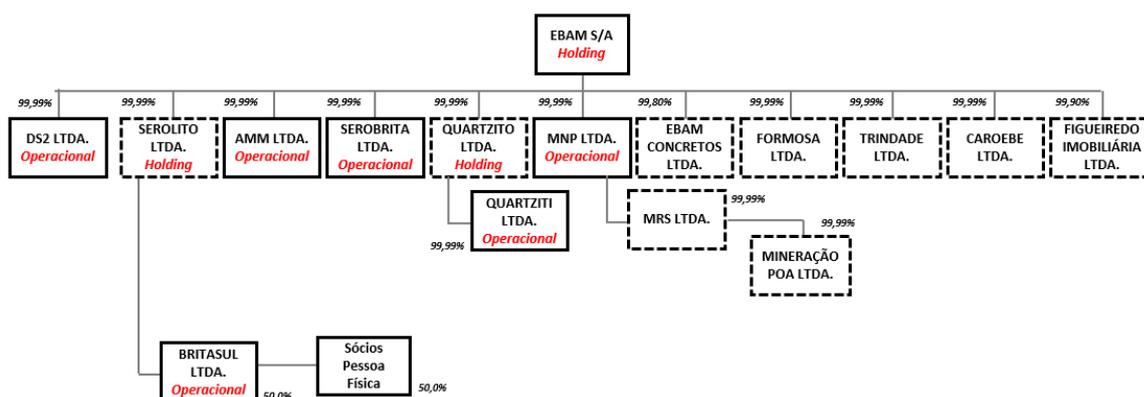
Trindade Mineração Ltda. (“Trindade”) foi constituída em 23 de dezembro de 2011. Em 28 de fevereiro de 2019, com 447.919 quotas equivalentes a 100% do capital social, onde a Ebam detém 99,99% equivalente a 447.918 quotas e Serolito detém 1 quota. A Trindade está localizada em Goiânia. Após novo aumento de capital social, a Ebam passou a ter 525.918 quotas e a Serolito permaneceu com 1 quota.

o. Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.

Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda. (“Ebam Concretos”) foi constituída em 14 de novembro de 2018 com 500 quotas equivalentes a 100% do capital social, onde a Ebam detém

99,80% equivalente a 499 quotas e DS2 detêm 1 quota. A Ebam Concretos está localizada em Bragança Paulista, no Estado de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2023 a estrutura societária da EBAM estava assim representada:



3 Licenças

A Companhia tem como pré-requisito obter todas as licenças exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia manteve vigente, por meio de suas controladas diretas e indiretas, as seguintes licenças:

Controlada	Nº Tipo	2023		2022	
		Emissão	Vigência	Emissão	Vigência
DS2	60005905 Licença de operação	25.11.2021	11.06.2025	25.11.2021	11.06.2025
DS2	60005828 Licença de operação	30.06.2021	30.06.2024	30.06.2021	30.06.2024
Serobrita	00008 Licença Munic. de instalação e operação	14.12.2016	14.12.2022	14.12.2016	14.12.2022
Serobrita	00009 Licença Munic. de instalação e operação	16.12.2016	16.12.2022	16.12.2016	16.12.2022
Serobrita	39717 Licença de operação *	06.09.2023	06.09.2029	24.05.2017	24.05.2021
AMM	127/08-10/127/08-11 Licença de operação	18.02.2021	18.01.2025	18/01/2023	18/01/2025
Britasul	3643/2021 Licença de operação corretiva	29.10.2021	29.01.2031	29/10/2021	29/01/2031
Britasul	615/2021 Licença de operação	30.07.2021	30.07.2031	30.07.2021	30.07.2031
Quartziti	253/2021 Licença de funcionamento	28.05.2021	28.05.2027	28.05.2021	28.05.2027
Nova Petrópolis	039/2022 Licença de operação	31.08.2022	31.08.2026	31/08/2022	31/08/2026
Caroebe	101/2022 Licença prévia de instalação	06.06.2022	06.06.2027	06/06/2022	06/06/2027

(*) Licença em fase de renovação

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2024.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia faz uso de estimativas e julgamentos na preparação das demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, estão contempladas a seguir.

- a. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*) do imobilizado e ágio**

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos bens do ativo imobilizado e ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 16. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso.
- b. Vida útil dos bens do imobilizado**

Conforme descrito na nota explicativa 7, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Administração não identificou qualquer indicativo de mudança na estimativa de vida útil dos bens do imobilizado e valor residual.
- c. Método e prazo de amortização de direitos minerários**

A Companhia efetua a amortização de suas jazidas minerárias através do método de quantidade extraída, ao longo da vida útil estimada do ativo intangível.
- d. Perdas de crédito esperadas**

As perdas financeiras esperadas sobre clientes são reconhecidas através da análise individual, análise do segmento de atuação, característica do grupo e exposição financeira, assim como perdas de crédito esperadas, calculadas sobre a perda potencial pela probabilidade de inadimplência. Essa avaliação é efetuada pela administração e suportada por julgamentos e análise de situação financeira dos clientes, de forma individual e por grupo econômico.

7 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

7.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor recuperável líquido, quando aplicável.

7.2 Base de consolidação

a. *Demonstrações contábeis consolidadas*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das seguintes empresas controladas diretas e indiretas (participação no capital total - %):

Participação direta		2023	2022
Amazônia Mucajá Mineração Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Formosa Mineração Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Trindade Mineração Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Figueiredo Imobiliária Ltda.	Holding	99,90%	99,90%
Caroebe Participações Ltda.	Holding	99,91%	99,91%
Mineração Nova Petrópolis Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Quartzito Participações Ltda.	Holding	99,99%	99,99%
Serolito Participações Ltda.	Holding	99,99%	99,99%
Serobrita Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Monazita Ltda.	Pré-operacional	-	99,80%
DS2 Mineração e Comércio LTDA.	Operacional	99,99%	99,99%
Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Participação indireta			
Mineração RS Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Mineração POA Ltda.	Pré-operacional	99,99%	99,99%
Quartziti Mineradora Ltda.	Operacional	99,99%	99,99%
Britasul Indústria e Mineração Ltda. (*)	Operacional	50,00%	50,00%
Ebam Concretos e Artefatos de Cimento Ltda.	Pré-operacional	00,19%	00,19%

(*) A Companhia firmou contrato de investimento com os sócios não controladores garantindo o controle sobre as operações relevantes das Sociedades, a gestão de caixa e o risco inerente as suas operações embora a participação adquirida seja inferior a 51% das cotas destas sociedades.

b. *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

c. Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

e. Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 /IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros mensurados pelo VJR

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal

no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais, ou qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

7.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as Entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados por entidade contribuinte líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas AMM, Britasul e DS2 optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumidos é calculada à razão de 8% no cálculo de imposto de renda e 12% no cálculo de contribuição social sobre a receita bruta proveniente da venda de produtos e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias.

7.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de execução e as despesas de venda. A Companhia realiza topografia dos estoques periodicamente com a finalidade de levantar diferenças entre os valores contabilizados e o resultado apurado nas topografias.

7.5 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, instalações industriais e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções corretivas são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Máquinas e equipamentos	10-30
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas" na demonstração do resultado.

7.6 Intangível

a. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a

participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b. *Softwares*

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

c. *Direito minerário*

Os ativos minerários são representados por direitos de exploração e desenvolvimento de área cujo objetivo é estimar o prazo de extração das jazidas minerai e a geração de benefícios econômicos futuros e são amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral.

d. *Custo para retirada de ativos e reflorestamento*

São representados pelos custos para recompor as áreas quando os direitos de exploração terminarem. Os gastos ligados à retirada de ativos são amortizados pela vida útil do ativo de longo prazo com base no método das unidades produzidas.

e. *Custos de remoção de estéril de mina de superfície na fase de produção*

Os gastos com a remoção de resíduos minerários anteriores a fase de produção, chamados de custos de remoção de estéril (*stripping*), são capitalizados com base nos custos incorridos em preparação para extração do minério. Esses custos são amortizados de acordo com a extração da área a ser explorada, a partir do início da produção na mesma.

Quando incorridos durante a fase de operação de extração da área a ser explorada, estes custos são registrados em custo de produção.

f. *Despesas de exploração e desenvolvimento*

Para as despesas de exploração e desenvolvimento, a Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza os princípios contábeis em linha com as normas internacionais IFRS 6 - Exploração e Avaliação de Recursos Minerai. Desta forma, são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida mineral. A partir de então, os gastos incorridos com licenças de exploração são registrados no Ativo Intangível e os gastos incorridos com custos de desenvolvimento de minas são classificados na rubrica "Obras em Andamento" no Ativo imobilizado.

7.7 *Ativos mantidos para venda*

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao

valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda os ativos imobilizados não são mais depreciados.

7.8 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

a. *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia reconhece as perdas esperadas de crédito sobre os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a perda esperada em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A avaliação da Companhia foi realizada com base em seus recebíveis. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos além da avaliação de crédito seguindo avaliações publicadas externamente. Nesse sentido, a Administração identificou um baixo risco de perda para seus clientes e, portanto, conclui-se que as perdas esperadas de créditos foram imateriais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A Companhia identificou indicativos de *impairment* para 31 de dezembro de 2023, o qual houve necessidade de teste do valor recuperável. Após avaliação específica de valor em uso realizada, houve necessidade de registro de *impairment* quanto ao investimento de sua controlada MNP na controlada indireta MRS.

7.9 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por um período, em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16. Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os ativos mantidos sob arrendamentos são classificados como custo quando incorridos e são reconhecidos no resultado da Companhia.

7.10 Reconhecimento de receita

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 – Receitas, o CPC 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento.

Venda de produtos

De acordo com CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas, detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e 5) reconhecimento da receita.

As controladas da Companhia comercializam britas, areia, massa asfáltica (CBUQ), asfalto frio e solos especiais para construtoras, empresas produtoras e/ou aplicadoras de asfalto, produtoras de concreto, prefeituras e varejo. A receita operacional é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle, em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, requer julgamento.

O momento da transferência do controle para o cliente varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda dos produtos são praticadas operações distintas sendo as principais: (i) CIF (*cost, insurance and freight*), que incluem custos de entrega, fretes e seguros na qual a transferência do controle ocorre no momento da entrega ao cliente, (ii) FOB (*Free On Board*), cuja operação de entrega é de total responsabilidade do cliente e a transferência

do controle ocorre no momento da retirada do material nas instalações da Companhia e/ou na segregação e disponibilização do material para o cliente nos pátios de estocagem, (iii) consignação industrial, na qual a transferência do controle ocorre na disponibilização dos produtos nas instalações do cliente.

7.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Empresa avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Empresa avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico.

c) Outras normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

9 Instrumentos Financeiros e gerenciamento dos riscos financeiros

9.1 Fatores de risco Financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria corporativa da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e procura proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principal indexador das operações de empréstimo da Companhia, é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos a ela. Como parte das dívidas captadas pela Companhia atualmente são indexadas ao CDI, eventuais aumentos desse indexador podem impactar as despesas financeiras devido a característica de seus empréstimos.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(i) Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Comitê de Crédito e/ou pela alçada competente, conforme Política de Crédito.

O monitoramento da utilização dos limites de crédito é realizado periodicamente. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição deste risco está registrada nas demonstrações contábeis.

Os valores a receber de clientes a vencer e vencidos estão demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
A vencer		
Até 30 dias	11.063	8.840
De 31 a 180 dias	693	1.378
	<u>11.756</u>	<u>10.218</u>
Valores vencidos		
Até 30 dias	776	947
De 31 a 60 dias	240	44
De 60 a 180 dias	447	339
Acima de 180 dias	2.214	1.052
	<u>3.677</u>	<u>2.382</u>
	<u>15.433</u>	<u>12.600</u>

(ii) *Caixa equivalente de caixa*

A Companhia detinha ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$2.979 e R\$19.057 em 31 de dezembro de 2023 (R\$19 e R\$1.973 em 2022) individual e consolidado respectivamente. O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras credenciadas pelo Banco Central.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela Administração.

A previsão de fluxo de caixa é realizada através da gestão e monitoramento das previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia assegurando o uso do caixa de forma a suprir às necessidades operacionais e extraordinárias.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais além do saldo exigido para administração do capital circulante, quando aplicável, é mantido em contas bancárias com incidência de juros, ou investido em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas e de acordo com a política de investimentos da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas se assemelha ao valor contábil.

	Consolidado	
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023		
Fornecedores	11.441	2.288
Empréstimos e financiamentos	6.952	55.155
Aquisições societárias a pagar (*)	-	5.625
Contas a pagar com partes relacionadas	1.317	-
Obrigações com clientes	3.990	-
Outras contas a pagar (**)	3.893	1.702
	27.593	64.770
Em 31 de dezembro de 2022		
Fornecedores	10.436	-
Empréstimos e financiamentos	13.125	55.531
Aquisições societárias a pagar (*)	-	6.750
Contas a pagar com partes relacionadas	1.549	291
Obrigações com clientes	3.663	-
Outras contas a pagar (**)	7.247	2.720
	36.020	65.292

(*) A Companhia possui obrigações a pagar em referência à aquisição de investimento Serobrita cuja liquidação depende de certas condições contratuais.

(**) Conforme Nota Explicativa nº 22, a Companhia possui obrigações com terceiros em referência à aquisição de investimentos a pagar a Amazônia Participação.

9.2 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A variável de riscos relevante para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de seis meses para essa avaliação é sua exposição à variação do CDI no que tange a seus passivos financeiros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia e suas controladas. Além desse cenário a Companhia apresentou mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2023 e 2022. O cenário provável considera a divulgação das taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2023, considerando ainda altas e baixas futuras de 10%.

Os cenários adotados foram um aumento de 10% e deterioração de 25% e 50% para os nossos ativos financeiros e uma alta de 10%, 25% e 50% para o nosso passivo financeiro.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinados riscos, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Em 31 de dezembro de 2023					
Operação	Taxa	Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
Ativos financeiros					
Estimativa do CDI		13,04%	14,34%	9,78%	6,52%
Aplicações financeiras	CDI	2.956	424	289	193
Impacto financeiro do CDI			424	289	193
		Posição na data-base	Provável (+10%)	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Passivos financeiros					
Estimativa do CDI	CDI	13,04%	14,34%	16,30%	19,56%
Empréstimo capital de giro - pós fixados	CDI	56.790	8.146	9.257	11.108
Impacto financeiro do CDI			8.146	9.257	11.108

9.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

9.4 Classificação dos instrumentos financeiros

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado.

A Companhia, suas controladas e coligadas não efetuam aplicações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
31 de dezembro de 2023		
Contas a receber de clientes	-	14.319
Contas a receber com partes relacionadas	40.518	4.444
	40.518	18.763
31 de dezembro de 2022		
Contas a receber de clientes	-	11.837
Contas a receber com partes relacionadas	45.853	2.945
	45.853	14.782

Os passivos financeiros são classificados como se segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Custo amortizado	Custo amortizado
31 de dezembro de 2023		
Empréstimos e financiamentos	33.128	62.107
Contas a pagar com partes relacionadas	85.219	1.317
Aquisições societárias a pagar (*)	5.625	5.625
Obrigações com aquisição de investimento (**)	1.503	1.503
Obrigações legais	884	8.082
	<u>126.359</u>	<u>78.634</u>
31 de dezembro de 2022		
Empréstimos e financiamentos	9.203	68.656
Contas a pagar com partes relacionadas	96.443	1.840
Aquisições societárias a pagar (*)	6.750	6.750
Obrigações com aquisição de investimento (**)	2.111	3.165
Obrigações legais	1.153	10.668
	<u>115.660</u>	<u>91.079</u>

(*) A Companhia possui obrigações a pagar em referência à aquisição de investimento Serobrita cuja liquidação depende de certas condições contratuais.

(**) Conforme Nota Explicativa nº 22, a Companhia possui obrigações com terceiros em referência à aquisição de investimentos Britasul e Amazônia Participação.

10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimentos e outros fins, contemplando numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de valor.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	23	19	664	1.501
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	2.956	-	18.393	472
	<u>2.979</u>	<u>19</u>	<u>19.057</u>	<u>1.973</u>

(a) As aplicações financeiras são representadas por Certificado de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), gerando rentabilidade média em 2023 entre 95% e 102% (100% e 103% em 2022). Essas aplicações possuem garantia de recompra, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

11 Contas a receber de clientes

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Clientes	15.433	12.600
(-) Perdas de créditos esperadas	(1.114)	(763)
	<u>14.319</u>	<u>11.837</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito bem como o quadro por vencimentos relacionados aos clientes é divulgada na Nota Explicativa nº 9.1 (b).

As estimativas de perdas de créditos esperadas registrada no resultado consolidado no exercício totalizaram provisão de R\$ 351 em 2023 e uma reversão de R\$ 2.417 em 2022.

12 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Produtos acabados	26.741	23.358
Almoxarifado (material de reposição e outros)	11.677	10.324
Outros estoques	441	335
	<u>38.859</u>	<u>34.017</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "custo das vendas" consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizaram R\$119.911 e R\$116.128, respectivamente.

13 Ativos não circulantes mantidos para venda

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Máquinas e equipamentos	2.530	2.704	5.585	5.399
Terrenos	-	31	-	31
Total dos ativos não circulantes mantidos para venda	<u>2.530</u>	<u>2.735</u>	<u>5.585</u>	<u>5.430</u>

A Administração se comprometeu com um plano de desinvestimento de ativos imobilizados operacionais, que foram substituídos por novos ou em estágio de ociosidade. Assim, parte dos ativos imobilizados está apresentada como um grupo de ativos mantidos para venda. Devido a situação política e queda na economia nos últimos anos, a administração não realizou esses ativos ao longo do exercício e nesse sentido juntou esforços com a expectativa de que a venda desse grupo de ativos se realize por um prazo inferior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2023, o grupo de ativos mantidos para venda estava registrado pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda e compreendia

R\$ 5.585 (R\$ 5.430 em 2022) individual e consolidado respectivamente, representado por máquinas e equipamentos disponíveis na Companhia e suas controladas.

14 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

A movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto, apresentada nas demonstrações financeiras individuais da controladora é como segue:

a. Controladora

(i) *Movimentação do investimento e provisão para passivo a descoberto*

Saldo em 1º de janeiro de 2022	92.075
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do exercício	25.226
Incorporação de investimento em controlada	1.042
Outros	(487)
	117.856
Saldo em 31 de dezembro de 2022	117.856
Equivalência patrimonial oriunda de resultado do exercício	31.128
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.800
Dividendos	(5.991)
Outros	217
	160.010
Saldo em 31 de dezembro de 2022	160.010
Provisão de passivo a descoberto	1.053
Investimentos	161.063

(ii) *Informações patrimoniais e financeiras*

	2023					
	Quartzito	MNP	AMM	DS2	SEROBRITA	SEROLITO
Capital social	16.570	15.412	27.690	17.011	42.574	8.486
Patrimônio líquido	6.280	781	63.263	29.747	8.350	14.775
Resultado do exercício	(139)	(4.723)	23.220	5.937	(336)	(7.389)
Percentual de participação - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
	2022					
	Quartzito	MNP	AMM	DS2	SEROBRITA	SEROLITO
Capital social	16.570	15.412	27.690	211	42.574	8.486
Patrimônio líquido	6.418	5.503	43.782	9.261	8.686	7.384
Resultado do exercício	(654)	(453)	22.699	2.707	(203)	331
Percentual de participação - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%

15 Imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as movimentações registradas nas contas do ativo imobilizado foram as seguintes:

Controladora			
2023			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações	133	(133)	-
Veículos e máquinas	1.949	(1.895)	54
Móveis, utensílios e equipamentos	543	(465)	78
	<u>2.625</u>	<u>(2.493)</u>	<u>132</u>

Controladora			
2022			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações	133	(132)	1
Veículos e máquinas	1.949	(1.811)	138
Móveis, utensílios e equipamentos	522	(443)	79
	<u>2.604</u>	<u>(2.386)</u>	<u>218</u>

Consolidado			
2023			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	3.690	-	3.690
Edificações	26.618	(15.459)	11.159
Veículos e máquinas	77.843	(50.718)	27.125
Móveis, utensílios e equipamentos	2.055	(1.682)	373
Imobilizado em andamento	3.523	-	3.523
	<u>113.729</u>	<u>(67.859)</u>	<u>45.870</u>

Consolidado			
2022			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	844	-	844
Edificações	26.624	(14.270)	12.354
Veículos e máquinas	76.181	(52.301)	23.880
Móveis, utensílios e equipamentos	1.930	(1.566)	364
Imobilizado em andamento	1.337	-	1.337
	<u>106.916</u>	<u>(68.137)</u>	<u>38.779</u>

Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Consolidado						
	Terrenos	Edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Imobilizado em andamento (a)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	844	13.414	26.890	388	1.309	42.845
Adições	-	440	5.468	152	4.808	10.868
Baixas	-	(211)	(3.227)	(60)	(4.780)	(8.278)
Transferência	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.289)	(5.250)	(117)	-	(6.656)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	844	12.354	23.881	363	1.337	38.779
Adições	2.846	35	9.345	130	11.686	24.042
Baixas	-	(4)	(1.559)	-	(9.500)	(11.063)
Transferência	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.226)	(4.541)	(121)	-	(5.888)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	3.690	11.159	27.126	372	3.523	45.870
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	844	26.624	74.377	1.930	1.337	105.112
Depreciação acumulada	-	(14.270)	(50.496)	(1.567)	-	(66.333)
	844	12.354	23.881	363	1.337	38.779
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	3.690	26.618	77.843	2.055	3.523	113.729
Depreciação acumulada	-	(15.459)	(50.717)	(1.683)	-	(67.859)
	3.690	11.159	27.126	372	3.523	45.870
Vida útil dos ativos	-	25 anos	5 a 30 anos	5 a 10 anos	-	-

Não houve perda no valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas na Nota Explicativa nº 16.

16 Intangível

Controladora				
2023				
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	251	-	(249)	2
Desenvolvimento	292	-	-	292
Direito minerário	46.357	-	(9.377)	36.980
	46.900	-	(9.626)	37.274

Controladora				
2022				
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	251	-	(248)	3
Desenvolvimento	292	-	-	292
Direito minerário	46.257	-	(8.539)	37.718
	<u>46.800</u>	<u>-</u>	<u>(8.787)</u>	<u>38.013</u>
Consolidado				
2023				
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	589	-	(450)	139
Desenvolvimento	2.174	-	(59)	2.115
Direito minerário	136.954	-	(20.983)	115.971
Custo para retirada de ativos (a)	2.903	-	(398)	2.505
Ágio na aquisição e controladas (b)	4.530	(4.349)	-	181
	<u>147.150</u>	<u>(4.349)</u>	<u>(21.890)</u>	<u>120.912</u>
Consolidado				
2022				
	Custo	Impairment	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	452	-	(447)	5
Desenvolvimento	2.115	-	(51)	2.064
Direito minerário	137.258	-	(19.104)	118.154
Custo para retirada de ativos (a)	2.903	-	(365)	2.538
Ágio na aquisição e controladas	4.530	-	-	4.530
	<u>147.258</u>	<u>-</u>	<u>(19.967)</u>	<u>127.291</u>

- (a) O valor para a retirada de ativos reflete a estimativa de gastos a serem incorridos com a recuperação das áreas dos empreendimentos minerais visando retorná-la ao mais próximo possível da condição anterior à atividade mineral ou disponibilizar esta área para atividades úteis a sociedade.
- (b) O ágio na aquisição de controladas e coligadas oriundo da aquisição da MRS foi baixado por impairment em 31 de dezembro de 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro e 2023 e 2022, as movimentações registradas nas contas do intangível foram as seguintes:

Consolidado						
	Ágio	Direito minerário	Desenvolvimento	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	4.530	118.154	2.064	5	2.538	127.291
Adições	-	905	60	138	1	1.104
Baixas	-	(27)	-	(1)	(1)	(29)
Impairment	(4.349)	-	-	-	-	(4.349)
Amortização	-	(3.061)	(9)	(2)	(33)	(3.105)
	<u>181</u>	<u>115.971</u>	<u>2.115</u>	<u>140</u>	<u>2.505</u>	<u>120.912</u>
Em 31 de dezembro de 2023						
Custo	4.530	136.954	2.175	589	2.903	147.151
Impairment	(4.349)	-	-	-	-	(4.349)
Amortização acumulada	-	(20.983)	(60)	(449)	(398)	(21.890)
	<u>-</u>	<u>(20.983)</u>	<u>(60)</u>	<u>(449)</u>	<u>(398)</u>	<u>(21.890)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>181</u>	<u>115.971</u>	<u>2.115</u>	<u>140</u>	<u>2.505</u>	<u>120.912</u>

Consolidado						
	Ágio	Direito minerário	Desenvolvimento	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.530	120.732	2.069	20	2.570	129.921
Adições	-	2.439	8	-	1	2.448
Baixas	-	(320)	(8)	(3)	(1)	(332)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(4.697)	(5)	(12)	(32)	(4.746)
	<u>4.530</u>	<u>118.154</u>	<u>2.064</u>	<u>5</u>	<u>2.538</u>	<u>127.291</u>
Em 31 de dezembro de 2022						
Custo	4.530	137.258	2.115	452	2.903	147.258
Amortização acumulada	-	(19.104)	(51)	(447)	(365)	(19.967)
	<u>-</u>	<u>(19.104)</u>	<u>(51)</u>	<u>(447)</u>	<u>(365)</u>	<u>(19.967)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>4.530</u>	<u>118.154</u>	<u>2.064</u>	<u>5</u>	<u>2.538</u>	<u>127.291</u>

Os direitos minerários são amortizados pelo prazo de vida útil das áreas de exploração mineral e amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral. A vida útil estimada em 31 de dezembro de 2023 e 2022, baseadas em sua produção são de 20 a 35 anos.

Teste de Impairment

De acordo com o CPC 01 (R2) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A avaliação de recuperabilidade dos ativos considera a recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e ágios onde aplicável. Nesse sentido, a Companhia utilizou-se do valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas consistentes com a análise efetuada em 31 de dezembro de 2023 e 2022, que consideram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando receitas futuras projetadas;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa assumindo o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura;
- Taxa de desconto de 14,15% (12,82% % em 2022);
- Além do fluxo de caixa projetado de 2025 a 2029, também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo.

Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (“WACC”) descrito acima.

A Companhia, com base em suas estimativas de fluxos de caixa descontados, não identificou perdas a serem reconhecidas durante o exercício 2023 e 2022, exceto a baixa do ágio sobre sua controlada indireta MRS.

17 Aquisições societárias a pagar

Nesta rubrica está registrado o saldo de aquisição da Serobrita de R\$5.625 (R\$ 6.750 em 31 de dezembro de 2022) a ser pago em até seis parcelas mensais consecutivas e de mesmo valor corrigidas pelo IGP-M - índice Geral de Preços do Mercado, desde a data da verificação da condição até o respectivo pagamento, sendo a primeira devida 30 (trinta) dias após a ocorrência das seguintes condições:

- (a) Obtenção, pela Companhia, de licença operacional para exploração do direito minerário consubstanciado pela Portaria de Lavra, incluindo licença para exploração dessas reservas minerai com rebaixamento até a Cota 14, e, cumulativamente,
- (b) Apresentação de acordo extrajudicial entre os vendedores, a sociedade e a Empresa de Mineração Fonte Limpa Ltda. (EMFOL).

Até 31 de dezembro de 2023 não ocorreu o atendimento às condições supracitadas. Tendo em vista o não atingimento do rebaixamento até a profundidade (Cota) de 14 metros da reserva lavrável prevista no contrato de compra e venda e a obtenção de licenciamento com vencimento em 24 de maio de 2021, onde a referida cota não foi averbada. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui saldo de adiantamentos aos vendedores no montante de R\$ 860 (R\$ 1.285 em 31 de dezembro de 2022). Tais montantes foram registrados na rubrica de adiantamentos diversos.

18 Empréstimos e financiamentos

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual média de juros - %	Controladora	
			2023	2022
Empréstimo capital de giro – pós-fixado	Real	120% a 125% CDI	31.178	6.738
Empréstimo capital de giro – pré-fixado	Real	15,80%	1.950	2.465
			<u>33.128</u>	<u>9.203</u>
Circulante			2.981	3.732
Não circulante			<u>30.147</u>	<u>5.471</u>
			<u>33.128</u>	<u>9.203</u>

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual média de juros - %	Consolidado	
			2023	2022
Empréstimo capital de giro – pós-fixado	Real	100% a 140% CDI	56.790	66.027
Empréstimo capital de giro – pré-fixado	Real	16,33%	5.290	2.465
FINAME	Real	5,0% % a.a.	27	91
Leasing	Real	4,0% a.a. + CDI	-	73
			<u>62.107</u>	<u>68.656</u>
Circulante			6.952	13.125
Não circulante			<u>55.155</u>	<u>55.531</u>
			<u>62.107</u>	<u>68.656</u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de empréstimos e financiamento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.203	68.656
Captação	-	4.896
Transferência de controlada	29.008	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(2.666)	(8.849)
Pagamento de juros	(462)	(4.061)
Desconto	(3.000)	(3.000)
Juros apropriados	1.045	4.465
Saldo em 31 de dezembro de 2023	33.128	62.107

O saldo a pagar a curto e longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem vencimentos como segue:

	Consolidado	
	2023	2022
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional		
Seis meses a um ano	6.952	13.125
Um a cinco anos	<u>55.155</u>	<u>55.531</u>
	<u>62.107</u>	<u>68.656</u>

Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a Companhia ou suas controladas no nível individual tenham o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Não há cláusulas restritivas para os atuais empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023.

Garantias

Os financiamentos sob a modalidade de leasing financeiro possuem como garantia o próprio ativo financiado. Os empréstimos de capital de giro possuem como garantia o aval da Companhia, de seus ativos e ativos de suas controladas. Para a controlada Britasul existe o aval dos sócios pessoas físicas em Cédulas de Créditos Bancários – CCBs e financiamentos de equipamentos.

19 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas adotam o regime de tributação com base no lucro real para apuração do imposto de renda e da contribuição social, a exceção das controladas AMM, Britasul e DS2, onde a apuração em 2023 ocorreu com base no lucro presumido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda e da contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social a recolher	440	544	8.386	6.487
Circulante	187	168	4.576	3.377
Não circulante	253	376	3.810	3.110

a. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes dos impostos	28.478	35.201	42.765	38.978
(+/-) Resultado das empresas pelo lucro presumido	-	-	(43.075)	(22.699)
(+/-) Resultado da equivalência patrimonial	(31.128)	(25.226)	-	-
Base de cálculo ajustada	(2.650)	9.975	(310)	16.279
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	901	(3.392)	105	(5.535)
Diferenças permanentes				
Ágio mais valia	442	3.663	442	3.663
Outras	(901)	118	(81)	1.416
Imposto de renda e contribuição social corrente – Lucro presumido	-	-	(3.310)	(2.470)
Imposto de renda e contribuição social corrente – Lucro real	-	-	-	(870)
Imposto de renda e contribuição social diferido	442	389	466	414
Alíquota efetiva	-	-4%	-	3%

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>Consolidado</u>		
	<u>Ágio</u>	<u>Direitos minerários</u>	<u>2023</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido no ativo	35.573	-	35.573
Imposto de renda e contribuição social diferido no passivo	<u>-</u>	<u>(31.218)</u>	<u>(31.218)</u>
Ativo de imposto diferido, líquido	<u>35.573</u>	<u>(31.218)</u>	<u>4.355</u>
	<u>Consolidado</u>		
	<u>Ágio</u>	<u>Direitos minerários</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido no ativo	35.573	-	35.573
Imposto de renda e contribuição social diferido no passivo	<u>-</u>	<u>(31.684)</u>	<u>(31.684)</u>
Ativo de imposto diferido, líquido	<u>35.573</u>	<u>(31.684)</u>	<u>3.889</u>

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	<u>3.889</u>	<u>3.475</u>
Reversão	-	-
Amortização	<u>466</u>	<u>414</u>
	<u>4.355</u>	<u>3.889</u>

20 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia e controladas. A despesa com remuneração do pessoal-chave da administração por seus serviços prestados está apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remuneração - pró-labore	<u>729</u>	<u>724</u>

729 724

b. Contas a receber e contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber com controladas	40.518	45.853	-	-
Outras contas a receber de partes relacionadas	-	-	243	8
Contas a receber de pessoas físicas	-	-	4.201	2.937
Total de Contas a receber com partes relacionadas	40.518	45.853	4.444	2.945
Total do ativo circulante	3.869	10.959	3.458	1.104
Total do ativo não circulante	36.649	34.894	986	1.841

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a pagar a controladas	85.219	94.603	-	-
Outras contas a pagar de partes relacionadas	-	-	1.317	2
Contas a pagar a pessoas físicas	-	1.840	-	1.838
Total de Contas a pagar com partes relacionadas	85.219	96.443	1.317	1.840
Total do passivo circulante	3.624	6.341	1.317	1.549
Total do passivo não circulante	81.595	90.102	-	291

21 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	312	-
PIS e COFINS a recolher	42	7	1.692	2.146
ISS a recolher	15	15	47	42
CFEM	425	408	5.897	5.453
ICMS	157	380	1.191	2.236
Outros	-	35	366	898
	639	845	9.505	10.775
INSS a recolher	1.145	1.658	3.950	7.003
IRRF	568	720	1.087	1.001

Outros	11	5	183	542
	<u>2.363</u>	<u>3.228</u>	<u>14.725</u>	<u>19.321</u>
Tributos a recolher passivo circulante	490	638	8.380	8.412
Tributos a recolher passivo não circulante	149	207	1.125	2.363
Encargos sociais a recolher passivo circulante	513	971	2.165	3.981
Encargos sociais a recolher passivo não circulante	1.211	1.412	3.054	4.565

22 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Obrigações com terceiros - Britasul (a)	-	-	-	1.054
Obrigações com terceiros - Amazônia (b)	1.503	2.111	1.503	2.111
Provisões	863	846	2.893	5.986
Outras contas a pagar	20	205	1.199	816
	<u>2.386</u>	<u>3.162</u>	<u>5.595</u>	<u>9.967</u>
Circulante	1.523	2.378	3.893	7.247
Não circulante	863	784	1.702	2.720

A obrigação com terceiros refere-se a:

- (a) Em 1 de julho de 2014, a Companhia adquiriu 50% das cotas de Britasul pelo montante a pagar de R\$ 10.000, compostos por uma parcela fixa de R\$ 4.500 e duas parcelas variáveis, calculadas e pagas aos vendedores, sujeito a condições precedentes e conclusão de documentações. A Companhia e os sócios pactuaram aditivos ao contrato repactuando a obrigação o fluxo de pagamento e as condições de liquidação. O saldo a pagar foi totalmente liquidado durante o exercício de 2023.
- (b) Em 1 de julho de 2014, a Companhia adquiriu 1.414.619 ações ordinárias de Amazônia Participações Ltda., referentes à participação societária de 13,52%, pelo montante de R\$ 14.000, pago com uma parcela de R\$ 10.500 em janeiro de 2013 e R\$ 3.500 como "escrow account" ou conta garantida, a qual será paga ou compensada em até 5 anos. Em junho de 2021 a Companhia firmou instrumento de confissão de dívida junto aos vendedores alterando os fluxos de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2023 após a amortização da dívida e considerando atualizações pelo CDI, restou um saldo de R\$ 1.503 (R\$ 2.111 em 2022).

23 Obrigações com clientes

A Companhia possui obrigações com seus clientes relativas, principalmente, aos recursos recebidos sobre a venda de ativos mantidos para venda e venda de agregados para entrega futura no total de R\$ 3.990 (R\$ 3.663 em 2022). Essas obrigações devem ser compensadas à medida que a Companhia realizar a entrega de seus produtos.

24 Provisão de contingências

A Entidade e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

AÇÕES	NATUREZA
Processos trabalhistas	Reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras e seus reflexos, diferenças salariais e verbas rescisórias, adicionais entre outros) que se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.
Processos tributários	Os processos tributários passivos referem-se a disputas de compensações de impostos e contribuições não homologados pela Receita Federal do Brasil e execuções fiscais com cobrança, em sua maioria, de ICMS, IPTU, multas de trânsito e CFEM, os quais se encontram com exigibilidade suspensa decorrente de parcelamento ou valor depositado em juízo.
Processos cíveis	Os processos cíveis passivos com prognóstico provável tratam-se, em sua maioria, de ações de Execução de Título Extrajudicial, de Cobrança, Monitórias. Todos os processos estão sendo discutidos judicialmente, com em fases processuais distintas.

a. Movimentação das contingências prováveis

	Consolidado				2023
	2022	Adições	Reversões	Pagamentos	
Processos trabalhistas	199	1.440	(1.222)	250	667
Processos tributários	3	-	-	-	3
Processos cíveis	-	232	(216)	-	16
	202	1.672	(1.438)	250	686

b. Contingências Possíveis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, julgou o risco como perda possível. As obrigações decorrentes destes processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado	
	2023	2022
Processos trabalhistas	599	381
Processos tributários	11.407	9.484
Processos cíveis	876	751
	12.882	10.616

PROCESSOS	NATUREZA
Processos trabalhistas	Os processos com prognóstico possível são, em sua maioria, pedidos de adicional de periculosidade e insalubridade, horas extras, diferença de horas extras e <i>in itinere</i> , e verbas rescisórias. Tais processos se encontram na esfera judicial em fases processuais distintas.

Processos tributários	Os processos tributários são referentes a ações fiscais em curso e autos de infração promovidos pelo ente público (Secretarias de Fazenda Estadual ou Municipal, Receita Federal, Autarquias Federais e Órgãos Públicos) em que figuramos no polo passivo, visando em sua maioria a cobrança de tributos, sendo a principal a cobrança de ICMS na Unidade AMM localizada na Zona Franca de Manaus, no montante de R\$ 6.394. A avaliação dos assessores legais julga não ser provável o prognóstico de perda devido ao benefício concedido pelo Convênio ICM nº 65/1988, que regulamenta os aspectos elementares de isenção do ICMS nas remessas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus.
Processos cíveis	Os processos cíveis em que figuramos no polo passivo tratam-se, em sua maioria, de ações Monitórias, de Cobrança, Execução de Título Extrajudicial, Anulatória de Duplicata, Declaratória de Existência de Relação Contratual, Declaratória de Inexistência de Débito, Indenizatórias e Usucapião. Todos os processos estão sendo discutidos judicialmente e estão em fases processuais distintas.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

	Quantidade de ações - milhares	Capital Social
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022.	20.358.248	89.381

A Companhia tem somente uma classe de ações ordinárias que estão divididas da seguinte forma:

	<u>31 de dezembro de 2023 e 2022</u>	
	Quantidade de ações - milhares	R\$
Basel Participações S. A.	16.264.905	71.180
Ebenezer Administração e Consultoria S/C Ltda.	2.977.036	13.028
Banyana Investimentos Ltda.	992.344	4.343
Outros acionistas	123.963	830
	<u>20.358.248</u>	<u>89.381</u>

b. Reserva de capital

A reserva foi constituída através de montantes aprovados em ata de assembleia geral da Companhia no montante de R\$ 84.857.

c. Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou lucros de R\$28.920 e R\$ 35.590 respectivamente, que foram destinados a absorção de prejuízos acumulados. Por esta razão não distribuiu dividendos.

26 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Venda de produtos	202.522	173.359
Impostos sobre vendas		
(-) ICMS	(6.096)	(6.918)
(-) PIS/COFINS	(3.610)	(4.031)
(-) CFEM	(1.777)	(1.467)
(-) Devolução e abatimentos	(1.534)	(583)
	<u>189.505</u>	<u>160.360</u>

27 Custos e despesas por natureza

	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Custos dos produtos vendidos	(119.911)	(116.128)
Despesas gerais e administrativas	(20.226)	(17.451)
Despesas comerciais	(2.876)	(14)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.173)	(1.092)
	<u>(145.186)</u>	<u>(134.685)</u>
Gastos com pessoal	(37.276)	(29.285)
Depreciação e amortização	(8.904)	(8.246)
Gastos com frete	(37.530)	(32.906)
Despesas comerciais	(2.876)	(14)
Manutenção e conservação	(20.643)	(17.603)
Gastos gerais administrativos	(7.895)	(12.937)
Serviços prestados por terceiros	(23.453)	(26.782)
Despesas de transporte e comissões	(3.261)	(4.437)
Locações de máquinas, equipamentos e veículos	(1.296)	(1.327)
Outras despesas gerais e administrativas	121	(58)
Outras receitas (despesas)	(2.173)	(1.090)
	<u>(145.186)</u>	<u>(134.685)</u>

28 Resultado Financeiro Líquido

	<u>Controladora</u>	
	2023	2022
Juros recebidos	328	1.133
Rendimentos de aplicações financeiras	3	-
Descontos obtidos	3.000	10.818
Outras receitas financeiras	248	-
Juros sobre empréstimos	(1.045)	(92)
Juros sobre fornecedores e tributos	(562)	-
IOF	(1)	-

	<u>Controladora</u>	
	2023	2022
Outras despesas financeiras	(34)	(752)
	<u>1.937</u>	<u>11.107</u>
	<u>Consolidado</u>	
	2023	2022
Juros recebidos	1.563	1.600
Rendimentos de aplicações financeiras	475	32
Descontos obtidos	94	95
Outras receitas financeiras	441	7
Juros sobre empréstimos	(4.465)	(3.840)
Descontos obtidos de empréstimos	3.000	20.487
Juros sobre fornecedores e tributos	(1.915)	(4.068)
IOF	(34)	(31)
Descontos concedidos	(2)	-
Outras despesas financeiras	(712)	(979)
	<u>(1.555)</u>	<u>13.303</u>

29 Cobertura de Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Risco coberto	<u>Importância</u> <u>segurada</u>	
	2023	2022
Responsabilidade Civil	20.000	20.000

A Companhia e suas controladas consideram que as coberturas destas apólices são consistentes com as utilizadas na indústria de mineração e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco corporativo.

* * *

Diretoria

Ivo Correia Pereira
Diretor

Rosilene Silva Cardoso Marques
Contador
CRC – 080830/O-4